Empresários discutem implicações da reforma tributária

O encontro debateu planejamento fiscal, produtividade com IA e saúde mental

A Alleanza Consultoria e Serviços realizou, no último dia 11, o encontro "O Empreendedor do Futuro", na sede do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON-SP), na capital paulista. O evento reuniu clientes, parceiros e empresários da região para analisar os ajustes fiscais, operacionais e de gestão exigidos das companhias brasileiras antes do início da implementação da reforma tributária, marcada para 2027.

Estruturada em três eixos (saúde no trabalho, inteligência artificial aplicada à operação e transição tributária), a programação abordou os desafios de gestão das pequenas e médias empresas (PMEs), segmento que responde por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e por mais da metade dos empregos formais do país, segundo dados do Sebrae. Durante a abertura, a organização destacou que os escritórios de contabilidade e os gestores atuam simultaneamente nas obrigações fiscais vigentes e na preparação para as regras da Emenda Constitucional 132.

Sócia-fundadora da Alleanza, Eliete Correa explicou que a sequência dos painéis foi desenhada para refletir as etapas de preparação que os empresários precisam executar. "Ao estruturar o encontro, o objetivo inicial era apresentar os reflexos das mudanças econômicas de 2027 nos negócios dos clientes. Contudo, o planejamento exige que os gestores cuidem da saúde das equipes como etapa inicial", alertou.

Kauan Mateus



Eliete Correa.

Do estresse ao esgotamento

Para Lilian Correa, médica com mestrado em Uroginecologia e pós-graduação em Ginecologia Endócrina e Metabolismo, o estresse ativa o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, responsável pela liberação de adrenalina e cortisol. Quando o organismo se recupera após o fim do fator estressor, o chamado estresse agudo tende a aumentar o estado de alerta, a atenção, o foco e o desempenho. "O problema surge quando a exposição é prolongada e não há tempo de recuperação: o estresse crônico está associado a fadiga, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração e `névoa mental`, com risco de adoecimento físico e mental", disse ela, acrescentando em seguida: "Entre os efeitos do excesso de cortisol, temos a pressão alta, glicemia elevada, problemas digestivos, imunidade reduzida e maior risco de doença cardíaca". Segundo ela, a Organização Mundial da Saúde (OMS) registra muitos dias de trabalho perdidos por ano, em razão de depressão e ansiedade, a um custo estimado de US$ 1 trilhão em produtividade.

Base de dados

A aplicação tecnológica na rotina das PMEs foi apresentada por Caio Gaglieta, sócio da HC Company. O executivo demonstrou como bases de dados estruturadas permitem gerar projeções e embasar decisões gerenciais, ressaltando que ferramentas de inteligência artificial automatizam tarefas operacionais e ampliam a capacidade de entrega de equipes enxutas.

Oito medidas para a transição

No debate sobre a reforma tributária, os advogados Murillo Souza e Gabriel Sousa enfatizaram a necessidade de antecipação e a governança alinhada. Os especialistas compararam a magnitude da mudança regulatória à implementação do Plano Real e avaliaram que a unificação de tributos como ICMS, ISS, PIS e Cofins exige revisão individualizada da formação de preços, dos contratos de longo prazo e da carga incidente sobre serviços.

Descartando a possibilidade de adiamento do calendário para 2028, os juristas elencaram oito frentes prioritárias de atuação para os gestores: 1) Reprecificar produtos e serviços de forma contínua; 2) Rever a cadeia de fornecedores e o aproveitamento de créditos tributários; 3) Mapear o cenário contábil e fiscal na virada de 2026; 4) Adequar cláusulas de contratos de longa duração; 5) Habilitar incentivos vinculados ao fundo de desenvolvimento regional e fiscal; 6) Identificar benefícios aplicáveis à atividade da empresa; 7) Atualizar sistemas de gestão (ERPs) e cadastros fiscais; 8) Estruturar processos de relacionamento com clientes (CRM).

No encerramento do encontro, Eliete Correa ressaltou que a transição exigirá evolução na atuação dos profissionais. "O contador deixa de atuar apenas na escrituração e emissão de guias para assumir a posição de consultor na formação de preços e na estratégia do negócio. O empresário brasileiro precisa antecipar essa análise para evitar perda de margem por falta de tempo de adaptação", concluiu.

Taxa do lixo: a conta não desaparece

Fabricio Soler (*)

Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo lembra que coletar, tratar e destinar os resíduos e rejeitos têm custo — e que alguém sempre paga.

Poucos temas mobilizam tanto a política municipal quanto a tarifa de resíduos ou "taxa do lixo". Criar a cobrança gera desgaste; extingui-la, aplausos. Foi o que ocorreu em Caraguatatuba, no litoral norte paulista. Em dezembro de 2025, o Município instituiu a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. Seis meses depois, a Câmara aprovou sua revogação, derrubou o veto do prefeito por unanimidade e promulgou a lei.

Em 11 de novembro, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo declarou essa lei inconstitucional, por unanimidade. A decisão vale para todas as cidades brasileiras que tratam o custo do lixo como algo resolvido com discurso.

O fundamento do Tribunal é simples: desde 2016, a Constituição exige que projetos que reduzam receitas públicas tragam estimativa de impacto nas contas. Extinguir uma taxa é renunciar à receita. Antes de votar, os vereadores precisavam mostrar quanto a cidade deixaria de arrecadar e como o serviço seria pago. Esse estudo não existia.

A lei revogadora citou "fontes alternativas": multas, venda de recicláveis, repasses estaduais e federais, parcerias público-privadas e corte de desperdícios. O Tribunal apontou que enumerar fontes não comprova que existem, quanto rendem ou se bastam. Uma lista sem números é promessa, não plano. Antes, o mesmo Órgão Especial já havia anulado a revogação da taxa em Cafelândia pelo mesmo motivo, firmando orientação na Justiça paulista: acabar com a cobrança exige mostrar a conta.

A decisão também se apoia no Marco Legal do Saneamento, de 2020, que exige sustentabilidade econômico-financeira para limpeza urbana e manejo de resíduos via taxa ou tarifa. O Município que não institui a cobrança pratica renúncia de receita e responde perante a Lei de Responsabilidade Fiscal. A taxa não é capricho do prefeito, mas exigência federal.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, prometeu o fim dos lixões, coleta seletiva, inclusão de catadores e aterros sanitários, reconhecendo a necessidade de recuperar custos. Coletar, transportar, tratar e dispor rejeitos são atividades diárias e caras. Sem a taxa, a conta migra para o orçamento geral e disputa recursos com saúde, educação, segurança e infraestrutura. Quando o caixa aperta, a destinação adequada é cortada primeiro, e o lixão volta como saída "barata" — até surgirem contaminação, doenças e multas ambientais.

Há também a questão da justiça social. Sem a taxa, impostos gerais pagam o serviço, fazendo os mais pobres subsidiarem quem gera mais lixo. Uma taxa bem desenhada cobra pelo uso e isenta famílias de baixa renda, como previa a lei de Caraguatatuba.

Além disso, aterros modernos e usinas exigem investimentos de longo prazo e segurança jurídica. Nenhum investidor aplica onde a fonte de pagamento pode acabar de repente. Ironicamente, PPPs e repasses federais dependem de finanças organizadas.

Isso não impede críticas. A resistência popular faz sentido quando faltam transparência e critérios justos. Prefeituras devem calcular custos, publicar números, prever isenções e mostrar melhorias. O recado do Tribunal não é contra o debate democrático, mas contra decisões às cegas. Responsabilidade fiscal e ambiental caminham juntas: sem financiamento sustentável, não há gestão sustentável, e a conta sempre chega — de forma justa hoje, ou com juros ambientais e sanitários amanhã.

(*) Fabricio Soler é advogado especialista em Direito Ambiental e Direito dos Resíduos. É sócio da S2F Partners by Soler & Silva Filho.



Empresas & Negócios

Voos/Otimismo

O Salvador Bahia Airport, membro da rede VINCI Airports, terá uma oferta recorde de 1,6 milhão de assentos disponíveis na alta temporada de verão 2026/2027. O terminal baiano, que opera de 15 de dezembro a 31 de janeiro em seu período de maior movimento anual, projeta um crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, que já havia registrado o maior resultado da concessão. A programação também prevê 9.186 pousos e decolagens e um aumento de 2,9% na capacidade dos aviões durante a temporada – com uma média de 175 assentos por aeronave. Mais uma vez, o mês de janeiro será histórico para a aeroporto da capital baiana. Serão, 1,05 milhão de assentos disponíveis, alta de 3% em relação ao ano anterior e maior oferta para janeiro em dez anos.

Fidelização

A fidelização de clientes ganha importância nas estratégias do varejo diante da pressão sobre custos, margens e poder de compra. Mais do que oferecer descontos, empresas buscam programas de benefícios que estimulem a recorrência e contribuam para a rentabilidade. A quinta edição do Panorama da Fidelização no Brasil 2026, realizado pelo Tudo Sobre Incentivos (TSI) em parceria com a ABEMF, aponta que 85,9% dos brasileiros participam de pelo menos um programa de fidelidade. O levantamento, realizado entre agosto e setembro últimos, com 2.333 consumidores, mostra que 83,9% preferem comprar de marcas que oferecem benefícios e 18,7% trocariam de marca caso essas vantagens deixassem de existir.

Mercado de Capitias

O mercado de capitais movimentou R$ 71,4 bilhões em ofertas encerradas em outubro passado, volume 0,8% abaixo dos R$ 70,8 bilhões observados em setembro, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). As debêntures seguiram como principal instrumento de financiamento no período, enquanto os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagros) registraram o maior volume mensal de toda a série histórica, iniciada em setembro de 2021. No acumulado de 2026, as emissões domésticas totalizaram R$ 628,4 bilhões, alta de 1,6% em relação ao mesmo período do ano passado. "Os resultados do mês reforçam que o mercado de capitais tem mantido um fluxo regular de emissões ao longo do ano, com diferentes instrumentos ganhando destaque a cada mês", comenta Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima.

Educação Financeira

A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin), a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Zetta lançaram o "Amplifica Educação Financeira", programa que selecionará organizações com soluções de educação e cidadania financeiras já em funcionamento para receber recursos não reembolsáveis, apoio técnico e mentorias, com o objetivo de ampliar seu alcance e levar gratuitamente educação financeira a um número maior de brasileiros. O programa é desenvolvido no âmbito do Novo Desenrola Brasil, conta com execução da Artemisia. Mais da metade da população brasileira (55%) afirma entender pouco ou nada de educação financeira, segundo levantamento da Febraban de 2025. As inscrições estão abertas até 4 de dezembro de 2026, pelo site www.amplificaeduca.com.br.

MUNDO ESG nelson.tucci@netjen.com.br

Empregos/Logística

A Gi Group, multinacional italiana especializada em recursos humanos, está com mais de 1.000 vagas temporárias abertas para Auxiliar de Logística, em parceria com a Amazon, em Cajamar (SP). As oportunidades são para início imediato e oferecem possibilidade de efetivação. A remuneração mensal é de R$ 2.260,26. O pacote de benefícios inclui transporte fretado gratuito, sem desconto em folha, vale-transporte adicional, caso necessário, e refeição no local. As entrevistas serão realizadas online, de segunda a sexta-feira, em dias úteis. Inscrições pelo link: https://linktr.ee/gigroup.amazon

Empregos/Pesquisador

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) iniciou as inscrições para o concurso público destinado ao preenchimento de 98 vagas de Pesquisador Científico I do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA). Os interessados poderão se inscrever até 22 de dezembro de 2026, pelo site da Fundação Vunesp. As provas objetiva e dissertativa estão previstas para 14 de fevereiro de 2027. Para mais informações, acesse https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/ODA2MTMyNw%3d%3d

Prêmio Papagaio

A cerimônia de entrega dos troféus aos vencedores das 14 categorias do prêmio pioneiro pela causa animal acontece em 23 de novembro, no Teatro Sabesp Frei Caneca (Rua Frei Caneca, 569, São Paulo), a partir das 18h. Faltam poucos dias para a cerimônia de entrega dos troféus para os vencedores da 2ª edição do Prêmio Papagaio de Comunicação Animal. O evento de premiação é pioneiro em toda a América Latina, ao reconhecer quem faz comunicação em defesa dos animais. A entrada é gratuita e os ingressos estão acessíveis pelo link https://bit.ly/Papagaio2026. Outras informações pelo site www.premiopapagaio.com.br.

Clima x Especulação

A alta dos preços do tomate (que chegou a R$ 25 o kg, em SP), do arroz e da carne bovina, que encareceu a cesta básica em todas as capitais brasileiras, evidencia os desafios de equilíbrio entre oferta, demanda e custos na cadeia de alimentos. Segundo a Conab e o Dieese, o tomate registrou alta em todas as capitais, com variações de até 58,32% em um mês, enquanto o arroz apresentou aumento em 26 capitais. O cenário abre espaço para discutir como as condições climáticas, a volatilidade das commodities, os custos de produção e as oscilações de mercado influenciam a formação de preços, desde o campo até a comercialização. Como produtores, indústria e varejo podem ajustar suas estratégias para preservar margens e competitividade sem comprometer o poder de compra do consumidor? – eis a questão.